

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.812 - AL (2019/0137970-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORES : WALTER CAMPOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - AL007724B
NADJA MARIA BARBOSA - AL007169
AGRAVADO : MARIA DO CARMO DE LIMA BASÍLIO
ADVOGADO : JOAO SAPUCAIA DE ARAUJO NETO - AL004658

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, em 18/02/2019, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. HIPÓTESE QUE NÃO ENQUADRADA NA DISPENSA DO REEXAME ANTE A IMPRECISÃO DO VALOR OBJETO DA CONDENAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA PERCEPÇÃO CONJUNTA DE SUBSÍDIO COM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NÃO ACOLHIDA. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL SOBRE O VALOR DO SUBSÍDIO MÍNIMO DA CATEGORIA A QUE PERTENCE O SERVIDOR PÚBLICO. ORIENTAÇÃO FIXADA PELO PLENÁRIO DESTA CORTE DE JUSTIÇA NOS AUTOS DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 0500356-82.2015.8.02.0000. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. MODIFICAÇÃO EX OFFICIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DÍVIDA DATADA A PARTIR DE 30.06.2009. OBSERVÂNCIA À NOVA REDAÇÃO DADA AO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. JUROS EQUIVALENTES AOS ÍNDICES DA REMUNERAÇÃO BÁSICA DA POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E. ENTENDIMENTO DO STF EM JULGAMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TERMO A QUO DOS JUROS DEVE SER DO EFETIVO INADIMPLEMENTO DA VERBA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO" (fls. 102/117e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, do permissivo constitucional, a parte ora agravante aponta violação dos **arts. 240, do**

CPC/2015 c/c art. 405, do Código Civil, com base nos seguintes fundamentos:

"V - DAS RAZÕES MERITÓRIAS DO RECURSO - MORA DO DEVEDOR - CITAÇÃO - OFENSA AOS ARTIGOS 240 DO CPC/2015 E 405 DO CC/2002.

O Acórdão em comento decidiu pela modificação da sentença relativamente ao termo inicial de incidência dos juros de mora.

Com efeito, fixou como sendo do efetivo prejuízo da obrigação em notável ofensa ao artigo 240 do Código de Processo Civil de 2015 e artigo 405 do Código Civil Brasileiro. Senão vejamos:

(...)

Ao aplicar tal entendimento o douto Tribunal de Alagoas equivocou-se em conceituar a obrigação em comento como líquida, afinal nos termos legais a obrigação de pagar o adicional de insalubridade seria com base de calculo o menor subsídio paga aos servidores estaduais e não da respectiva categoria como entendeu a citada Corte.

O caráter controvertido da base de calculo do adicional afasta por si só qualquer liquidez da obrigação, violando veementemente os artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, por ser de fato a citação que constitui em mora o devedor.

Ademais, trata-se de valores que ensejam um cálculo para apuração de diferenças vencimentais, de fato, o Estado não estava em mora, apenas pagou de modo contrario ao entendimento firmado posteriormente pelo TJ de Alagoas, devendo tal diferença ser apurado, o que afasta de igual modo o caráter líquido da obrigação.

Esse é o entendimento da jurisprudência no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, 'in verbis':

(...)

Assim, verifica-se que o termo inicial de incidência de juros de mora deve ser a partir da citação e não do inadimplemento.

Ao permanecer o entendimento do acórdão guerreado importara em latente violação ao disposto nos artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, o que merece retrato por parte desta Colenda Corte Superior de Justiça" (fls. 121/130e)

Por fim, requer "seja admitido o presente Recurso Especial e reconhecida a violação os artigos 240 do Código de Processo Civil e 405 do Código Civil, dando provimento ao presente recurso no sentido de reformar o Acórdão recorrido para determinar que o cálculo dos juros conte da citação e não do suposto inadimplemento de cada parcela vencida" (fl. 129/130e).

Sem contrarrazões (fl. 135e).

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 137/142e), foi interposto o presente Agravo (fls. 156/163e).

Sem contraminuta (fl. 167e).

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, é pacífico o entendimento nesta Corte, no sentido de que "no caso de obrigação contratada como positiva e líquida, com vencimento certo, os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida" (STJ, EREsp 1.342.873/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJe de 18/12/2015).

In casu, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, nos seguintes termos:

"36. O valor devido em favor do servidor público reflete dano material, sendo, inclusive, verba de caráter alimentar, portanto, a correção monetária incide deste a data do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 43, do STJ: 'Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo', ou seja, desde o indevido inadimplemento das verbas remuneratórias.

37. No que pertine ao termo inicial dos juros de mora, sabendo-se que a condenação resulta em obrigação líquida, estes devem incidir desde o seu vencimento, consoante dicção do artigo 397, do Código Civil, que prevê: 'O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor'" (fl. 116e).

Nesse contexto, **é de se ter que, para a resolução da controvérsia, a fim acolher os argumentos da parte recorrente, seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ**, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nessa linha:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE BEM. DÍVIDA LÍQUIDA E CERTA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS.

AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 30/10/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento, interposto pela parte agravante contra decisão do Juízo de 1º Grau, que, em execução de título extrajudicial, promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face dos recorrentes, determinou a alienação do bem penhorado. O acórdão do Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. A revisão do entendimento firmado pelo Tribunal *a quo* - no sentido de que a dívida é líquida e certa - demandaria reexame de matéria fática, inviável, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Para a caracterização da divergência, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/73 e do art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ - no caso, em relação à ocorrência de omissão, no julgado, e à ausência de liquidez do título exequendo -, exige-se, além da transcrição de acórdãos tidos por discordantes, a realização do cotejo analítico do dissídio jurisprudencial invocado, com a necessária demonstração de similitude fática entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, assim como a presença de soluções jurídicas diversas para a situação, exigência não atendida, no caso, porquanto não se comprovou a similitude fática entre os casos confrontados.

VI. Ademais, na forma da jurisprudência, "a análise da divergência jurisprudencial fica prejudicada quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (STJ, AgInt no AREsp 912.838/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/03/2017). Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017.

VII. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.171.901/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe

de 15/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDEZ DO TÍTULO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. **A via do especial não presta para rever o entendimento da Corte de origem, no sentido da liquidez do título exequendo, pois essa medida demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ.**

3. Inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do art. 105, III, da CF) quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio, não bastando "a mera transcrição de ementas ou de excertos do julgado alegadamente dissidente, sem exposição das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (AgRg no AREsp 738599/SP, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 23/02/2016).

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 869.218/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2017).

No mesmo condão, monocraticamente, em feitos análogos ao presente: STJ, AREsp 1.489.904/AL, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 24/05/2019; AREsp 1.495.421/AL, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe de 27/05/2019; AREsp 1.489.925/AL, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 27/05/2019; AREsp 1.489.912/AL, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe de 27/05/2019; AREsp 1.490.172/AL, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 24/05/2019; entre outros.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste

recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

